

Breves notas sobre Monserrate e os Mello e Castro

por

Mafalda de Mello e Castro

A breve comunicação agora apresentada é feita no âmbito de uma série de conferências realizadas por iniciativa da “Associação Amigos de Monserrate” sobre a história desta propriedade, dos seus ocupantes e dos seus donos. Debruçar-me-ei sobre este último aspecto, tentando clarificar a questão da pertença da quinta de Monserrate, nomeadamente nos séculos XVIII e XIX, e explicar a relação entre os sucessivos proprietários no referido período.

Foi Caetano de Mello e Castro, Vice-Rei da Índia, o instituidor, em 1718, do vínculo da “Quinta de Monserrate”. A partir dessa altura, a família, radicada na Índia, administrou a propriedade através de procuradores, que escolhiam os rendeiros a quem competia a exploração agrícola e a manutenção.

Cedo a família se foi dando conta que este sistema, embora o possível na altura, não era o ideal, pois estes nem sempre geriam com o devido zelo o equilíbrio financeiro, fosse por desinteresse, demasiado interesse... ou incompetência.

Assim, em 1790, D. Francisca Xavier de Faro Mello e Castro, neta do instituidor do vínculo, resolveu agir directamente, arrendando a propriedade a uma pessoa de confiança, que dava garantias de boa gestão. Foi ele Gerard DeVisme “um dos mais sólidos negociantes desta praça, caracterizado de conhecida probidade e de um génio particular para a agricultura...”(1). Depois de um excelente trabalho de recuperação da Quinta, incluindo a construção de uma casa sobre as ruínas existentes, motivos inesperados obrigaram-no a deixar o país, tendo, em 1794, subarrendado a William Beckford, que aí permaneceu até 1799.

A partir dessa altura, vários foram os pretendentes a Monserrate, que atingia entretanto um preocupante estado de degradação. Consta que o rei D. Fernando foi um dos interessados, não tendo porém havido acordo quanto ao preço.

Em 1778, a então administradora do vínculo de Monserrate, Dona Ana Rita de Almeida Pimentel Sequeira e Abreu, filha única de D. Francisca Xavier e de seu marido D. Lopo José de Almeida Pimentel, casou com D. Francisco Xavier de Castro, representante da varonia Castro, entrando assim este vínculo na família Castro.

Seu filho, D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel Sequeira e Abreu, já possuidor deste vínculo, entre outros, regressou da Índia com a família - fechando assim um ciclo de 300 anos (1550-1855) de permanência da família Castro na Índia Portuguesa.

Sucedeu-lhe seu filho, D. Luís Caetano, 1º Conde de Nova Goa, “na menoridade do qual, em 1856, sua mãe, Dona Veridiana Constança Leite de Sousa e Noronha, já viúva e tutora de seus filhos, com autorização do conselho de família fez o contrato de subrogação da referida quinta de Monserrate, ao abastado capitalista e negociante inglês Francis Cook”.(2)

Embora a intenção fosse a venda, este contrato de subrogação tornou-se necessário, pois a legislação que aboliu vínculos e morgados, só viria a ser promulgada em 30 de Julho de 1860 e 19 de Maio de 1863, respectivamente.(3)

Podendo embora parecer estranha e “apressada” a venda de Monserrate logo no ano seguinte ao regresso da Índia, a mesma entende-se pois havia necessidade de substituir por outra, a casa de família em Lisboa, arruinada pelo terramoto de 1755.

Concretizada a venda, Francis Cook iniciou ou deu seguimento às obras de reconstrução da casa (aproveitando o que restava das construções levadas a efeito por Gerard DeVisme), e à criação de um jardim botânico, que se tornou celebre pelas árvores e plantas originárias das mais diversas partes do mundo.

(1) – Extracto da escritura de arrendamento – Arquivo da família Castro

(2) – D. Luís de Castro, *Beckford e Monserrate*, em Ilustração Portuguesa, nº 37 de 5 de Novembro de 1906

(3) - Após estas datas, a venda ficou consumada.